

A MUSEALIZAÇÃO DA SOBRALIDADE: PATRIMÔNIO COLONIAL, SILENCIAMENTO EPISTÊMICO E PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NO MUSEU DOM JOSÉ, SOBRAL, CEARÁ (1951–2015)

Antonio Luciano Morais Melo Filho¹

Resumo: O presente artigo examina a trajetória do Museu Dom José (MDJ), em Sobral, Ceará, Brasil, entre 1951 e 2015, problematizando a construção de uma narrativa identitária de “sobralidade” permeada por subjetividades coloniais, patriarcais, racistas e elitistas. A investigação demonstra como a musealização do patrimônio no MDJ operou seletivamente, configurando um silêncio epistêmico sistemático que negou às comunidades subalternizadas de Sobral sua condição de sujeitos históricos legítimos. Integrando a análise historiográfica de Melo Filho (2023), os dados empíricos sobre a experiência dos públicos de Melo Filho (2025) e o modelo analítico de produção de sentido de Dufresne-Tassé (2023), o artigo mostra como a injustiça epistêmica perpetuada pelo MDJ deixa de ser tese normativa e ganha lastro empírico como fratura de recepção esperável. Recorrendo à teoria da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), ao conceito de “império cognitivo” de Ndlovu-Gatsheni (2020), à crítica da violência material dos museus coloniais (HICKS, 2020) e aos estudos de curadoria pós-colonial ibérica (GARRIDO CASTELLANO; LEITÃO, 2022; PERALTA, 2022), propõe uma agenda decolonial e participativa para a renovação do MDJ, orientada pelos princípios da museologia biófila (SOUZA CHAGAS, 2012) e da liberdade epistêmica como direito comunitário.

Palavras-chave: Museu Dom José; decolonialidade; liberdade epistêmica; produção de sentido; estudo de públicos.

1. INTRODUÇÃO

Os museus raramente são espaços neutros de preservação e exibição do passado. São, antes de tudo, campos de força onde se negociam identidades, se legitimam hegemonias e se configuram, por ação e por omissão, os contornos do que pode ser visto, sentido e pensado como histórico. Essa premissa, amplamente documentada na historiografia das instituições museológicas brasileiras (SANTOS, 2004, p. 56), adquire no caso nordestino uma especificidade incontornável. O peso histórico do colonialismo português, a brutalidade da escravidão e as múltiplas formas de exclusão de classe e de raça que ainda estruturam as relações de poder no Brasil contemporâneo não constitui pano de fundo das instituições de memória da região. São o tecido de que se fizeram as escolhas que deram forma a suas

¹ Centro de Investigação em Ciências Históricas (CICH-Universidade Autónoma de Lisboa) / CECA ICOM Brasil / Grupo de Estudos MIA Museus – Metodologia Investigación Aplicada a Museos. E-mail: luciano.morais.melo@gmail.com.

exposições e a seus acervos. Não por acaso, a própria redefinição de museu adotada pelo ICOM em 2022 (ICOM, 2022) inscreveu a inclusividade, a participação das comunidades e a diversidade entre as funções museais, tornando incontornável a pergunta sobre quem cada instituição efetivamente representa.

Há, contudo, uma diferença entre nomear essa injustiça e medi-la. O conceito de “produção de sentido” (*meaning making*), rigorosamente definido e metodologicamente operacionalizado por Dufresne-Tassé (2023, § 8) como “simbolizar aquilo de que se está consciente por meio de palavras ou gestos” (tradução nossa), oferece uma ferramenta analítica que permite ir além do argumento normativo sobre o que os museus deveriam fazer. A análise do que os visitantes efetivamente pensam, imaginam e sentem, sendo estas as três orientações fundamentais do funcionamento mental documentadas pela investigadora canadense, torna interpretável aquilo que a teoria decolonial identifica como injustiça epistêmica, ou seja, a negação sistemática, a determinados grupos, da possibilidade de se reconhecerem como sujeitos legítimos de uma narrativa histórica.

O Museu Dom José (MDJ), em Sobral, Ceará, constitui um caso paradigmático dessa problemática. Fundado formalmente em 1951 pelo prelado D. José Tupinambá da Frota (1882–1959), o MDJ acumulou ao longo de décadas uma coleção que espelha menos a diversidade sociocultural de Sobral do que o universo simbólico e ideológico de seu fundador. Como Melo Filho (2023, p. 4) demonstrou em sua investigação histórica, a musealização do patrimônio no MDJ “esteve, em grande medida, permeada por escolhas e subjetividades coloniais, patriarcais, racistas e elitistas”, resultando numa “sobralidade” que silenciou a pluralidade social e cultural da cidade. Mais ainda, o pó acumulado sobre os objetos expostos denunciava “não apenas o tratamento descuidado para com o patrimônio integrado, mas mostrava-se revelador de um passado opressor da existência, da história e da cultura de grande parcela da população sobralense” (sic.) (MELO FILHO, 2023, p. 301).

Esse silêncio não é fortuito. Para Ndlovu-Gatsheni (2020, p. 8), o mecanismo central pelo qual a colonialidade se perpetua nos tempos pós-coloniais é o que designa de “império cognitivo” ou “império metafísico”, que operou “através da remoção do disco rígido dos conhecimentos endógenos prévios e da descarga, nas mentes colonizadas, do software do conhecimento europeu” (tradução nossa). Nos espaços museológicos, esse império cognitivo manifesta-se na imposição de uma única forma de narrar o passado, aquela que celebra a branquitude colonial e silencia as epistemologias dos oprimidos. O MDJ, ao longo de sua história, foi um desses espaços.

O presente artigo parte dessa dupla constatação, histórica e epistemológica, para propor um itinerário integrado de análise e proposta. O objetivo é triplo. Trata-se de historicizar o processo de institucionalização do MDJ e seus mecanismos de exclusão simbólica; de mostrar como ler esses mecanismos, transpondo de um caso análogo o modelo de recepção que torna a injustiça epistêmica uma fratura de recepção esperável; e de propor uma agenda decolonial e participativa para a renovação da instituição, assente nos princípios da liberdade epistêmica e da produção partilhada do conhecimento. A metodologia adotada é qualitativa, com ênfase na análise documental e discursiva de fontes primárias e secundárias (MELO FILHO, 2023, p. 34-35), complementada pela triangulação com dados empíricos de recepção de públicos (MELO FILHO, 2025).

2. O MDJ COMO INSTITUIÇÃO DE MEMÓRIA COLONIAL DESDE A SUA GÊNESE À CONSOLIDAÇÃO

A gênese do MDJ não pode ser compreendida independentemente da figura de D. José Tupinambá da Frota. Ascendido à Diocese de Sobral em 1916, o prelado exerceu durante quase quatro décadas uma influência determinante sobre a cultura material, a arquitetura urbana e, sobretudo, sobre a memória histórica da cidade. Sua ação consolidou o que o sociólogo Nilson Almino de Freitas (2002, p. 551) designou de “sobralidade triunfante”, categoria identitária construída em torno do mito do bispo como herói civilizacional, a quem se creditavam obras que, na voz de uma canção divulgada nos carros de som durante o aniversário da Santa Casa de Misericórdia em 1997, teriam dado “luz e vida à cidade de Sobral”.

O processo de constituição da coleção que daria origem ao MDJ antecede em várias décadas sua formalização institucional, registrada em 1951 (CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SOBRAL, 1951, f. 15-16). Desde os anos 1930, D. José acumulou objetos de natureza diversa, como peças litúrgicas, mobiliário de elite, liteiras da escravocracia, documentos históricos e espécimes de história natural. Essa acumulação não era desinteressada. Melo Filho (2023, p. 178) demonstrou que o colecionismo do prelado articulava uma “economia da oferenda” entre as oligarquias agropastoris locais e a diocese, produzindo um acervo que funcionava simultaneamente como autorretrato do fundador e como mise-en-scène de uma versão específica da identidade sobralense, privilegiando artefatos “comprovaadores das hierarquias em vigor” e indiciadores dos valores da sociedade escravista brasileira.

A análise de Pomian (1984, p. 51-86), que conceituou a coleção como o processo pelo qual os objetos se desvinculam do circuito utilitário para adquirir uma função de visibilidade e

representação, aplica-se ao caso do MDJ com uma torção crítica. Neste contexto, a musealização não foi presidida pela diversidade social, mas pela visão singular de um único ator, cujas escolhas encarnam, como demonstra Hicks (2020), uma violência material concreta, e não apenas uma intenção ideológica. As coleções não são meras representações. São os restos físicos de um sistema de poder que operou pela extração, pela acumulação e pela exibição como formas de dominação simbólica.

Essa interpretação é reforçada pelo padrão nacional documentado por Santos (2004, p. 56), para quem as instituições museológicas brasileiras, “sob a influência de uma influente minoria social, assumiram uma postura intelectualizada como entidades depositárias da história nacional, rendendo homenagem a tradições que aludem ao discurso nacionalista, conservador e elitista”. O MDJ constitui uma expressão exemplar desse padrão no contexto nordestino, com a especificidade de a minoria social em questão ser a elite diocesana e agropastoril de Sobral, estruturada em torno do patronato episcopal.

A morte de D. José em 1959 abriu um longo período de estagnação e falta de apoio institucional (MELO FILHO, 2023, p. 240), que culminou num encerramento forçado na década de 1970 por “absoluta falta de condições financeiras para a sua manutenção” (PORTAS FECHADAS, 1975, p. 22). A administração posterior pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), iniciada na década de 1990, introduziu melhorias substanciais em catalogação, reformas estruturais e atividades educativas. Os dados de Melo Filho (2023, Tabela 15) mostram que, entre 2000 e 2015, os estudantes representaram uma média de 89,24% do total de visitantes. Que esse resultado seja interpretado como sucesso ou como sintoma de uma oportunidade desperdiçada depende, exatamente, da questão que este artigo coloca. O que é que esses estudantes efetivamente produzem como sentido quando visitam a exposição?

3. O SILÊNCIO EPISTÊMICO DA SOBRALIDADE: DA COLONIALIDADE DO PODER AO IMPÉRIO COGNITIVO

A narrativa identitária transmitida pelo MDJ foi moldada por escolhas e subjetividades afetadas por tradições coloniais, patriarcais, racistas e elitistas (MELO FILHO, 2023, p. 4). O museu, em seu papel de centro gerador e exibidor de memória, dirigiu o olhar do visitante para os contextos da Igreja Católica e para o enriquecimento da burguesia abastada da cidade, apagando outras formas de representação sociocultural. A ausência das classes trabalhadoras e das populações indígenas e negras de Sobral nas narrativas do museu não é uma omissão inocente. Esse alijamento de algumas memórias é o que Santos (2020, p. 122) descreveu como

uma falsificação da história por apagamento, que se reflete na “própria invisibilidade da produção historiográfica sobre os trabalhadores”.

O referencial teórico da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) fornece o enquadramento conceitual adequado. A colonialidade não se extingue com o fim formal do colonialismo. Persiste nas estruturas de classificação social, nas práticas epistêmicas e nas instituições culturais que continuam a reproduzir a hierarquia racial e de classe. Ndlovu-Gatsheni (2020, p. 8) aprofundou esse diagnóstico ao demonstrar que a colonialidade se perpetua sobretudo por meio do que designa de “império cognitivo”, pois a colonização da própria capacidade de pensar operou mediante “ontocídios, epistemicídios, linguicídios e imperialismo cultural” (tradução nossa). Nos espaços museológicos, esse império cognitivo manifesta-se quando a narrativa exposta impõe uma única visão do passado como a única legítima, bloqueando a produção de sentido das comunidades cujas memórias foram excluídas.

No plano filosófico, Fricker (2007) permite precisar a natureza dessa injustiça em dois registros complementares. A injustiça testemunhal ocorre quando a autoridade epistêmica de um falante é rebaixada em razão de sua identidade. Os visitantes de Sobral pertencentes às classes trabalhadoras ou às comunidades indígenas e negras entram no MDJ numa posição de descrédito epistêmico, porque o museu não valida suas memórias como evidência histórica. A injustiça hermenêutica, mais estrutural, ocorre quando os recursos conceituais coletivos disponíveis são inadequados para dar sentido à própria experiência. O MDJ não se limita a excluir. Priva os excluídos dos instrumentos para compreenderem a própria exclusão. Essas duas formas de injustiça operam, porém, no seio de um sistema de poder mais vasto, que Ndlovu-Gatsheni (2020) designa de “matriz colonial do poder” e que exige uma resposta igualmente estrutural, que a curadoria isolada não alcança.

No contexto ibérico, Peralta (2022, p. 157) demonstrou que a memória do passado colonial português foi “continuamente remodelada por agentes políticos e instituições culturais públicas”, perpetuando-se pela adaptação às novas linguagens pós-coloniais. Essa maleabilidade das narrativas imperiais, que a autora conceitua por meio do “mythscape” de Duncan Bell (PERALTA, 2022, p. 160), aplica-se diretamente ao MDJ quando se comprova que a “sobralidade” não é uma narrativa estática herdada do século XIX, mas uma construção dinâmica cuja persistência resulta de escolhas ativas e reiteradas ao longo de décadas. Peralta e Domingos (2023) e Garrido Castellano e Leitão (2022) documentaram estruturas discursivas análogas em Portugal e na Espanha, mostrando que o MDJ não é um caso isolado, mas uma

manifestação regional de um padrão mais amplo de resistência das elites locais às revisões decoloniais de suas instituições de memória.

Como identifica Melo Filho (2023, p. 285), a instituição operou durante décadas uma “ação antidialógica”, noção que remonta à antidualogicidade de Freire (1987), que “reforça a submissão e a passividade dos visitantes, pois estes são tratados como meros receptores de informações pré-determinadas, sem espaço para reflexão ou diálogo crítico”. Na linguagem de Dufresne-Tassé (2023, § 40-44), essa ação antidialógica equivale a bloquear a dimensão imaginativa e afetiva do funcionamento do visitante, reduzindo-o à orientação cognitiva de categoria 1 (identificar e constatar o que a exposição oferece), sem que lhe sejam proporcionados os estímulos que ativariam as operações de maior complexidade, como julgar, explicar, concluir e sugerir. Trata-se, no fundo, de uma museografia que não convida ao pensamento crítico porque foi desenhada para não o solicitar.

4. DO ESPELHO PARTIDO AO MUSEU COMO TERRITÓRIO DE DISPUTA EPISTÊMICA

A investigação *El espejo roto* (MELO FILHO, 2025), desenvolvida no Museu dos Descobrimentos de Belmonte, Portugal, introduz no debate sobre o MDJ uma dimensão que dá lastro empírico ao argumento normativo, a chamada “lacuna de recepção”. Por meio de uma metodologia mista, que combinou análise do discurso institucional com a aplicação de 164 questionários a visitantes de diferentes nacionalidades, o estudo demonstrou a existência estatisticamente significativa de uma fratura cognitiva e afetiva entre públicos com diferentes posicionamentos identitários diante de uma narrativa museológica colonial.

A leitura desses dados à luz do modelo de Dufresne-Tassé (2023) é reveladora. Os visitantes brasileiros, que apresentaram níveis de identificação significativamente mais elevados ($M = 3,63$ vs. $M = 2,85$ dos portugueses; $p = 0,013$), não exibem uma produção de sentido mais positiva diante do museu, e sim uma produção de sentido mais intensa e mais afetivamente comprometida, porque a narrativa, ainda que percebida como unilateral, lhes diz respeito diretamente como história de origem. O maior distanciamento apresentado pelos visitantes portugueses ($M = 2,23$ vs. $M = 1,41$ dos brasileiros; $p < 0,001$) pode ser lido, nas categorias de Dufresne-Tassé, como uma predominância do funcionamento afetivo em sua forma de humor negativa ou de indiferença, que condiciona todo o processamento subsequente. A autora canadense demonstrou que “o funcionamento afetivo constitui para o visitante uma das fontes de informação que lhe permitem exercer um controle ótimo de seu

comportamento” (DUFRESNE-TASSÉ, 2023, § 160, tradução nossa); quando esse controle resulta no abandono do espaço de reflexão, a visita falhou em sua missão social.

A validade heurística de uma comparação entre Belmonte e o MDJ exige uma precisão metodológica que o argumento até aqui construído ainda não tornou explícita. Os dois casos não são equivalentes, e a passagem de um ao outro não é transposição de resultados, mas inferência por analogia estrutural. O que se transfere não são os números obtidos em Belmonte, e sim o modelo interpretativo que ali se mostrou operante. Os contextos divergem em pelo menos três dimensões. Primeiro, na escala e no tipo de colonialidade, o MDJ encarna uma colonialidade diocesana e agropastoril de alcance local, ao passo que o Museu dos Descobrimentos de Belmonte se inscreve na memorialização do colonialismo atlântico português em escala nacional. Segundo, no perfil dos públicos, os visitantes de Sobral são, majoritariamente, estudantes locais que mantêm relação direta e cotidiana com as hierarquias que o museu representa, ao contrário dos visitantes de Belmonte, em boa parte turistas diante de uma narrativa historicamente distante. Terceiro, no grau de implicação identitária, para o sobralense de família oligárquica, o MDJ histórico é um espelho de prestígio; para o descendente de trabalhadores rurais ou de comunidades afro-brasileiras da mesma cidade, é um instrumento ativo de exclusão simbólica no presente. É esse diferencial de implicação, e não os dados particulares de Belmonte, que torna metodologicamente plausível estimar, no MDJ, uma fratura de recepção esperável ainda mais acentuada. A narrativa do museu não retrata um passado remoto, mas as hierarquias sociais que ainda estruturam o presente de Sobral. Reconhecer esses limites não enfraquece a comparação; delimita seu alcance e explicita o que ela autoriza inferir. É esse o núcleo do “espelho partido”. A imagem não aponta para uma deterioração física, mas para a experiência de quem se vê refletido em fragmentos que não compõem uma identidade, e sim sua negação.

Wali e Collins (2023, p. 334) confirmaram, em revisão abrangente da literatura internacional, que a responsabilidade dos museus diante da decolonização vai além de reconhecer a cumplicidade com o colonialismo e exige “reparar o dano colonial causado” (tradução nossa). Essa reparação não pode ser retórica, pois requer dados sobre a experiência real dos públicos e intervenções curatoriais fundamentadas nessa evidência. Pitman (2021) demonstrou, em contexto brasileiro, que apenas a curadoria com agência indígena real, e não a mera incorporação de objetos indígenas em narrativas curatoriais externas, produz uma experiência de visita qualitativamente diferente para essas comunidades. O mesmo princípio

se aplica às classes trabalhadoras, às populações negras e às comunidades indígenas de Sobral. Sua presença na exposição deve ser condição de autoria, não apenas de representação.

5. PARA UMA MUSEOLOGIA DECOLONIAL E BIÓFILA: PROPOSTA DE EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA

5.1. Conceito: “Sobral Plural, Vozes e Silêncios de uma História Reexistente”

A identificação das insuficiências narrativas do MDJ não se esgota em denúncia. Exige a formulação de alternativas concretas. A exposição temporária aqui proposta, “Sobral Plural: Vozes e Silêncios de uma História Reexistente”, mobiliza o conceito de “história reexistente” como a história que se recusa a permanecer esquecida ou subalterna, emergindo para desafiar as narrativas hegemônicas e enriquecer a compreensão coletiva do passado. Ela operacionaliza os “quatro passos” decoloniais propostos por Ndlovu-Gatsheni (2020). São eles restaurar a ontologia própria das comunidades subalternizadas, transformá-las em criadoras de seus próprios futuros, rejeitar a mimese da narrativa colonial e relocalizar suas histórias no tempo e no espaço como histórias de sujeitos soberanos, e não de objetos de curiosidade etnográfica.

A exposição revelará as contribuições dos povos indígenas que habitaram e ainda habitam a região, a presença e a influência da população negra e seus legados culturais, a vida cotidiana das classes trabalhadoras e os movimentos sociais que moldaram a Sobral contemporânea. O propósito é promover um diálogo crítico sobre as tradições coloniais, patriarcais, racistas e elitistas, celebrando simultaneamente as contribuições múltiplas dos grupos historicamente marginalizados. A proposta alinha-se com a “museologia biófila” de Mário Chagas, que se opõe aos “museus necrófilos” e se compromete com a vida, o presente e a transformação social (SOUZA CHAGAS, 2012, p. 7).

5.2. Curadoria participativa como agência epistêmica

O processo curatorial deve ser, por princípio constitutivo, participativo. A história só pode ser contada em sua totalidade pelas vozes de quem a viveu ou a herdou, e essa não é apenas uma prescrição ética. É uma exigência epistemológica, pois, sem a participação das comunidades subalternizadas na seleção dos objetos, dos textos e das narrativas, a exposição reproduzirá, mesmo com intenções generosas, a estrutura de caridade epistêmica que Ndlovu-Gatsheni (2020) identifica como o modo pelo qual a colonialidade se perpetua no pós-colonial. Essa opção não é inédita. Ela inscreve a proposta numa tradição museológica já consolidada, a

da museologia social, ou sociomuseologia, cujo marco fundador foi a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, em 1972, e cujo movimento de museus comunitários teve em Hugues de Varine um de seus principais formuladores. Aquilo que ali se afirmou, o museu como instrumento a serviço das comunidades e de seu desenvolvimento, e não como depósito de uma memória autorizada, é a matriz de que a proposta deste artigo é herdeira (SOUZA CHAGAS, 2012). Propõe-se a constituição de grupos de trabalho compostos por líderes indígenas, descendentes de quilombolas, representantes de associações de trabalhadores rurais e urbanos, artistas populares, intelectuais e historiadores locais, com poder real de decisão sobre o conteúdo e a forma da exposição.

O modelo de tensão interna identificado por Melo Filho (2025) no Museu de Belmonte, que envolve uma abordagem curatorial mais conservadora e uma gestão voltada ao diálogo, indica que os agentes de reforma internos às instituições desempenham papel fundamental nesse processo. A proposta deve ser apresentada como resposta fundamentada e metodologicamente validada às fragilidades já reconhecidas pelos responsáveis, evitando a percepção de imposição externa. A documentação organizada por Garrido Castellano e Leitão (2022), que reúne experiências similares no contexto ibérico, evidencia a viabilidade prática dessa estratégia por meio de iniciativas programáticas.

5.3. Design expositivo e tecnologias digitais como extensão comunitária

O design expositivo deve ser concebido para ativar as três orientações da produção de sentido identificadas por Dufresne-Tassé (2023, § 39-72), a cognitiva, a imaginativa e a afetiva. Textos acessíveis que solicitem, para além da identificação e da constatação (operações de categoria 1 e 2), o julgamento, a comparação e a conclusão crítica (categorias 3 e 4). Recursos que estimulem o funcionamento imaginativo produtivo e construtivo, que levem o visitante a colocar-se na pele de um trabalhador rural de Sobral no século XIX, a reconstruir a vida cotidiana de uma comunidade quilombola, a projetar futuros alternativos para a cidade. Estações interativas e relatos orais que ativem o funcionamento afetivo em sua dimensão mais rica, feita de empatia, de projeção de si no tempo e do prazer do reconhecimento. Quando as pessoas de cujas histórias a exposição trata se reconhecem nas narrativas expostas, a fratura do espelho começa a sarar.

As tecnologias digitais, como as plataformas de registro de memórias orais, as aplicações interativas, as audiodescrições e a versão em Língua Brasileira de Sinais, não são ornamentos tecnológicos. São mecanismos de extensão comunitária que prolongam o espaço

de participação para além das paredes físicas do museu. Ao permitir que as comunidades não residentes em Sobral contribuam para a narrativa exposta, democratizam a produção de sentido e reforçam os laços identitários das comunidades da diáspora.

5.4. Avaliação sistemática da experiência dos públicos

A exposição deve incluir mecanismos sistemáticos de avaliação inspirados na metodologia de Melo Filho (2025) e no modelo analítico de Dufresne-Tassé (2023). A adaptação do método *Penser tout haut* ao contexto do MDJ, devidamente ajustada às especificidades culturais e linguísticas do público sobralense, permitiria recolher dados qualitativos ricos sobre a orientação cognitiva, imaginativa e afetiva dos visitantes diante das diferentes narrativas da exposição, identificando os momentos de reconhecimento, de fratura ou de prazer intelectual. Convém, porém, uma ressalva metodológica. O *Penser tout haut* foi concebido para o visitante adulto em percurso individual e autônomo, ao passo que a esmagadora maioria dos públicos do MDJ chega em grupos escolares, em visita mediada por monitor. Aplicá-lo ao MDJ exige, portanto, distinguir dois instrumentos. Um protocolo próprio deve dar conta da observação dos grupos escolares, enquanto o *Penser tout haut* fica reservado ao segmento de visitantes adultos individuais, hoje minoritário, mas decisivo para avaliar as reformas propostas. Esses dados, cruzados com variáveis sociológicas (origem de classe, pertença étnica, faixa etária), tornariam visível a “lacuna de recepção” específica do MDJ e orientariam as revisões curatoriais subsequentes. A voz do público, longe de ser mero instrumento de validação, é o primeiro passo em direção à reparação epistêmica, a prova de que o museu está, enfim, escutando.

Como Wali e Collins (2023) sublinharam, a decolonização museológica eficaz não pode contentar-se com declarações de intenção. Requer dados sobre a experiência real dos públicos, transparência sobre as limitações da narrativa atual e compromisso institucional com a revisão contínua. O MDJ, quando aceitar esse imperativo ético, deixará de ser o espelho partido de uma sobralidade exclusiva e poderá reivindicar seu lugar como laboratório de uma democracia cultural verdadeiramente plural.

5.5. Resistências institucionais e limites de implementação

Uma proposta desta natureza não se realiza no vazio, e seria ingênuo apresentá-la sem nomear os obstáculos previsíveis à sua concretização. O primeiro é de governança. O MDJ

responde a uma dupla tutela, a da Diocese de Sobral, proprietária do acervo, e a da Universidade Estadual Vale do Acaraú, responsável pela gestão. Um programa curatorial que interrogue criticamente a herança episcopal pode encontrar resistência precisamente na instância que detém a guarda patrimonial. A isso somam-se a inércia burocrática característica de instituições de pequeno porte, a escassez crônica de recursos humanos e financeiros e a possível reação das elites locais, cuja memória o museu historicamente celebrou e que dispõem de capital político para condicionar decisões. Há, ainda, um limite interno ao próprio modelo. A curadoria participativa pressupõe comunidades organizadas e disponíveis para um trabalho continuado de coautoria, condição que nem sempre está dada e que exige investimento prévio de mediação. Reconhecer esses limites não invalida a proposta; ao contrário, é condição para formulá-la como projeto exequível, e não como declaração de princípios. O próprio momento institucional do MDJ, em obras de requalificação desde 2020, pode ser lido menos como impedimento do que como janela de oportunidade. Essa reabertura conta, ainda, com um horizonte normativo já fixado pela política pública brasileira. Instituída em 2017 e hoje regida pela Portaria IBRAM nº 605/2021, a Política Nacional de Educação Museal estabelece a educação museal como função estruturante de todo museu, de caráter dialógico e participativo e construída com as comunidades (BRASIL, 2021). Para uma instituição cujos públicos são, em quase noventa por cento, estudantes, alinhar-se a essa política na reabertura não é adorno programático, mas o cumprimento de um dever público que o modelo antidialógico aqui descrito contrariava. É na reabertura que uma instituição redefine, de raiz, a narrativa que pretende sustentar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste artigo permite formular cinco conclusões articuladas. A primeira é histórica. O MDJ representa um caso paradigmático de como as instituições museológicas brasileiras operaram, a serviço de elites locais, como instrumentos de produção e legitimação de memórias hegemônicas. A “sobralidade” musealizada não é uma herança inevitável, mas uma construção ativa e reiterada, que pode e deve ser criticamente desconstruída.

A segunda conclusão é de natureza epistemológica. A injustiça praticada pelo MDJ contra as comunidades subalternizadas de Sobral não se limita ao aspecto moral, mas envolve também uma dimensão epistêmica. Na linguagem de Ndlovu-Gatsheni (2020), o museu operou como um nó do “império cognitivo” que negou a essas comunidades a liberdade epistêmica, a capacidade de se pensarem a si mesmas como sujeitos históricos soberanos. Essa negação

perpetuou-se mesmo após as reformas empreendidas por agentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú na década de 1990, porque a narrativa exposta permaneceu estruturalmente intacta.

A terceira conclusão mostra que a injustiça epistêmica vai além de um argumento normativo. O modelo de produção de sentido de Dufresne-Tassé (2023) e os dados da investigação de Melo Filho (2025) demonstram que se trata de um fenômeno empiricamente interpretável, cujas manifestações se deixam ler na orientação cognitiva, afetiva e imaginativa dos públicos. A alta proporção de estudantes entre os visitantes não implica, por si só, identificação com a narrativa apresentada; pode, como já apontado, contribuir para a manutenção da injustiça epistêmica no interior do próprio sistema educacional.

A quarta conclusão tem caráter programático. A exposição temporária “Sobral Plural” representa um itinerário concreto, elaborado com base em literatura acadêmica atualizada e em experiências devidamente documentadas, e não um mero exercício especulativo. A curadoria participativa, a comunicação acessível, o design inclusivo, as tecnologias digitais como extensão comunitária e a valorização das vozes das comunidades historicamente marginalizadas são as condições práticas para a realização da liberdade epistêmica no espaço do MDJ.

A quinta conclusão aborda a dimensão ética. A necessidade dessa transformação transcende a questão acadêmica. Trata-se de uma demanda por reparação diante dos grupos cujas memórias e dignidades foram atingidas pela administração colonial do patrimônio, como comprovam, sob perspectivas distintas, Hicks (2020), Peralta e Domingos (2023), Ndlovu-Gatsheni (2020) e Wali e Collins (2023). Reconfigurar as instituições de memória para que sirvam à sociedade em sua totalidade é, em última análise, a condição para que o MDJ deixe de ser o espelho partido de uma “sobralidade triunfante” e se transforme num espelho plural, que devolva a cada visitante a imagem de quem é e de onde vem, sem apagamentos nem hierarquias.

Resta, por fim, apontar o horizonte que este artigo abre sem o percorrer. A crítica aqui desenvolvida é propositiva. Argumenta, com fundamento histórico e teórico, por que o MDJ perpetuou injustiças epistêmicas, e desenha um modelo expositivo alternativo. Falta-lhe, deliberadamente, a etapa seguinte, o estudo empírico da recepção dos públicos de Sobral diante dessa nova abordagem, à maneira do que se realizou em Belmonte. Essa investigação, segunda fase natural do percurso, permitirá medir no próprio MDJ a fratura de recepção aqui apenas inferida por analogia e converter a proposta curatorial em intervenção avaliada. Essa fase tem,

aliás, um ponto de partida material já disponível dentro da própria instituição. O levantamento de 2002 registrou 587 peças de etnologia mantidas sem catalogação (MELO FILHO, 2023), acervo que representa, com grande probabilidade, as comunidades que o museu historicamente invisibilizou. Torná-las visíveis por meio de uma catalogação participativa, feita com as comunidades de origem, seria a um só tempo um ato de curadoria e de reparação epistêmica, e o objeto empírico concreto da investigação que aqui se anuncia. É a esse programa de pesquisa, a escuta sistemática de quem, por gerações, o museu se recusou a ouvir, que as considerações precedentes pretendem servir de fundamento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Portaria nº 605, de 10 de agosto de 2021. Institui a Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Brasília, DF: Ibram, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/politica-nacional-de-educacao-museal-pnem>. Acesso em: 17 jul. 2026.
- CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SOBRAL. Registro resumido dos estatutos do Museu Diocesano de Sobral. Sobral, 29 mar. 1951. Registro de Pessoas Jurídicas n. 32, f. 15-16.
- DUFRESNE-TASSÉ, Colette. La production de sens de l’adulte en contexte muséal (visite d’exposition). Les Cahiers de l’École du Louvre, Paris, n. 20, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/cel.26039>.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Nilson Almino de. Mito e poder na construção da identidade ou enfoque sobre a “sobralidade”: a contribuição das ciências sociais. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 6., 2002, [S. l.]. Actas [...]. [S. l.: s. n.], 2002. v. 1, p. 547-554.
- FRICKER, Miranda. Epistemic injustice: power and the ethics of knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198237907.001.0001>.
- GARRIDO CASTELLANO, Carlos; LEITÃO, Bruno (ed.). Curating and the legacies of colonialism in contemporary Iberia. Cardiff: University of Wales Press, 2022.
- HICKS, Dan. The brutish museums: the Benin bronzes, colonial violence and cultural restitution. London: Pluto Press, 2020.

- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). ICOM approves a new museum definition. [S. l.]: ICOM, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://icom.museum/en/news/icom-approves-a-new-museum-definition/>. Acesso em: 10 abr. 2026.
- MELO FILHO, Antônio Luciano Moraes. Museu Dom José, em Sobral/Ceará, Brasil: história de uma instituição museológica de referência, 1951-2015. 2023. Tese (Doutoramento em História) – Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, Lisboa, 2023. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.26565.61924>.
- MELO FILHO, Antônio Luciano Moraes. El espejo roto: la memoria colonial y la laguna de recepción en el Museo de los Descubrimientos de Belmonte (Castelo Branco, Portugal). *EducaMuseo*, [S. l.], n. 4, p. 1-30, 2025. DOI: <https://doi.org/10.66430/e67w5z96>.
- NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. Decolonization, development and knowledge in Africa: turning over a new leaf. London: Routledge, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003030423>.
- PERALTA, Elsa. The memorialization of empire in postcolonial Portugal: identity politics and the commodification of history. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, [S. l.], n. 36-37, p. 156-179, 2022.
- PERALTA, Elsa; DOMINGOS, Nuno (ed.). Legacies of the Portuguese colonial empire: nationalism, citizenship and popular culture. London: Bloomsbury Academic, 2023.
- PITMAN, Thea. Decolonising the museum: the curation of Indigenous contemporary art in Brazil. Woodbridge: Tamesis Books, 2021.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. v. 1: Memória – História, p. 51-86.
- PORTAS fechadas. *Movimento*, São Paulo, n. 3, p. 22, 21 jul. 1975.
- QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, Eurocentrism and Latin America. *International Sociology*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1177/0268580900015002005>.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 19, n. 55, p. 53-72, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200004>.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O retorno do pesadelo: um estudo sobre a luta da memória contra o esquecimento. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [S. l.], n. 121, p. 103-122, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.10324>.

SOUZA CHAGAS, Mário de. Museus, memórias e movimentos sociais. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 41, n. 41, 25 fev. 2012.

WALI, Alaka; COLLINS, Robert Keith. Decolonizing museums: toward a paradigm shift. Annual Review of Anthropology, [S. l.], v. 52, p. 329-345, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-052721-040652>.